

LUTERO E PAULO: ENTRE PERSPECTIVAS E INTERPRETAÇÕES

André Luiz Borges da SILVA, Doutorando do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual de Londrina.*

Thais Ayres da SILVA, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina.**

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo analisar as interpretações de Lutero acerca das cartas paulinas e como essa interpretação refletiu em seus escritos sobre os judeus. Para desenvolver tal pesquisa utilizamos do conceito de apropriação e enquanto proposta metodológica abordamos a pesquisa por meio da perspectiva da História da Leitura que considera a leitura enquanto abordagem criativa e crítica. A problemática emergiu mediante a leitura de dois escritos de Lutero sobre os judeus, um trazendo questões otimistas sobre os judeus, outro escrito cerca de vinte anos mais tarde onde Lutero expressa falas violentas sobre esse grupo social. Buscando compreender essa transformação, a leitura que Lutero fez de Paulo demonstrou ser fundamental para compreensão dessa transformação. Dessa forma, enquanto resultado dessa pesquisa apontamos como questão fundamental a interpretação de Lutero a cerca de Paulo, que foi apontada como base para as ideias antijudaicas de acordo com a Nova Perspectiva sobre Paulo, estudos recentes que são explorados no decorrer dessa pesquisa.

Palavras-chave: Lutero. Paulo. Judeus. Leitura. Apropriação.

Abstract

The present research aims to analyze Luther's interpretations of the Pauline letters and how this interpretation reflected in his writings about the Jews. To develop this research, we used the concept of appropriation and approached the research through the perspective of the History of Reading, which considers reading as a creative and critical approach. The problem emerged through the reading of two writings by Luther about the Jews, one presenting optimistic views about the Jews, and another written about twenty years later where Luther expresses violent remarks about this social group. In seeking to understand this transformation, Luther's reading of Paul proved to be fundamental for understanding this change. Thus, as a result of this research, we highlight the fundamental question of Luther's interpretation of Paul, which was identified as the basis for the anti-Jewish ideas according to the New Perspective about Paul, recent studies that are explored throughout this research.

Keywords: Luther. Paul. Jews. Reading. Appropriation.

Introdução

A presente pesquisa foi realizada considerando três elementos que nos chamam a atenção

* Email: andreluizcaprino@gmail.com

** Email: thaisayress@gmail.com

no contexto da Europa do século XVI: os judeus, um grupo estigmatizado durante um longo período da história ocidental, Lutero, um dos precursores da Reforma Protestante e líder religioso, e Paulo de Tarso. Para compreensão da relação entre esses três elementos é essencial a análise das leituras e interpretações feitas por Lutero das Cartas paulinas, sendo que a relação ambígua que Lutero estabeleceu com os judeus configura o eixo central deste trabalho. O objetivo dessa pesquisa é analisar as interpretações de Lutero acerca das cartas paulinas e como essa interpretação refletiu em seus escritos sobre os judeus.

Para alcançar o objetivo proposto realizamos análise documental dos escritos de Lutero, sendo um texto redigido por Lutero em 1523 (Lutero, 1993), onde ele usou argumentos em prol dos judeus, em tom amigável. Outro escrito analisado foi produzido por Lutero vinte anos mais tarde onde expressou ideias completamente contrárias as primeiras (Lutero, 1523). Nesse texto, Lutero se exprimia em conformidade com os discursos que circulavam no período sobre os judeus, em tom de hostilidade e intolerância. Considerando a interpretação de Lutero acerca das cartas paulinas realizamos análise dos seguintes escritos: Comentário da Carta de Paulo aos Romanos (Lutero, 2003) e o Comentário da Carta de Paulo aos Gálatas (Lutero 2003), textos que são essenciais para pensar a ligação entre Lutero com Paulo e a forma como essa ligação influenciou na construção de suas ideias acerca dos judeus. Como conceito fundamental para essa pesquisa vamos abordar o conceito de circularidade como proposto no campo da história das práticas de leitura.

Tal pesquisa justifica-se pela reflexão acerca das consequências daquilo que escrevemos e divulgamos como ideias, uma vez que após a ideia escrita e disseminada não temos mais controle sobre as interpretações que serão feitas sobre. Durante o século XVI, Lutero expressou ideias de antijudaísmo. Essas ideias não eram novas e já eram recorrentes na sociedade em que ele vivia, contudo, seus escritos foram usados para embasar políticas de segregação e extermínio dos judeus inclusive na Alemanha do século XX. O uso dos escritos de Lutero como uma das bases para o extermínio de judeus feito pelos nazistas é um exemplo bem claro disso. Dessa forma, a reflexão acerca de posicionamento filosófico, político e ideológico da produção bibliográfica é sempre relevante.

Apontamento Histórico-Filosóficos acerca das práticas de leitura

Um novo campo de investigação vem se afirmando no meio da pesquisa histórica e filosófica: a história da leitura, que visa abordar questões referentes às formas de leituras, bem como o seu suporte material, os meios de produção e consumo ressaltando aspectos filosóficos

e ideológicos. Baseado na ideia defendida por Roger Chartier, a história da leitura possui o objetivo de pensar, para cada período, as configurações atribuídas às formas de leitura, que participam do processo de construção de sentido a partir de determinado texto.

Entendemos o ato de ler da seguinte forma: “A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados” (Chartier, 1988, p. 77). Michel de Certeau (1994) compara a leitura com a relação de um apartamento com seu locatário. O apartamento tem um proprietário; porém o locatário o toma como por empréstimo e, por alguns instantes, se torna dono e molda o apartamento conforme os seus gostos e costumes. As experiências de leitura nunca são as mesmas, pois esta possui uma história. Segundo Darnton (2010), essa história pode ser reconstruída, levando-se em conta alguns aspectos históricos importantes.

Lutero e a leitura

Pensar na relação de Lutero com a leitura é reconhecer as possíveis reações que a leitura pode exercer nos indivíduos e considerar suas incalculáveis consequências. No ano de 1522, Lutero (1522) redige um texto que vai à contramão de tudo que vinha sendo dito sobre os judeus no período. Nesse escrito, ele defendia os judeus e prega a amabilidade para com eles:

Se os apóstolos, que também eram judeus, lidassem com nós gentios, assim nós gentios, lidamos com os judeus, nunca teria tido um cristão entre os gentios. Uma vez que eles lidavam com nós gentios, na forma fraternal tal, nós, por sua vez, deveríamos tratar os judeus de uma forma fraternal para que possamos converter alguns deles. (Lutero, 1522)

Vinte anos mais tarde, Lutero redige um texto com um tom de hostilidade completamente contrário do que lemos no trecho acima, “Sobre os judeus e suas mentiras”, de 1543:

Cuide-se, pois, dos judeus e de suas escolas que são ninhos diabólicos, cheios de blasfêmias, mentiras e arrogância contra Deus e todas as gentes, como só faz o próprio demônio: e aonde vires um judeu pregar, saiba que ele está envenenando as pessoas, envenenando e matando sem o menor descaramento. (Lutero, 1993, p.13).

Lemos também: “E insistem os judeus nestes falsos ensinamentos até hoje, herdados dos seus pais, desvirtuam a Palavra de Deus, praticam usura, roubam e matam onde podem passando estas práticas para os filhos e os filhos dos filhos [...]” (Lutero, 1993, p.18).

Veremos, mais adiante, uma análise das hipóteses que cercam as motivações que levaram a essa intrigante mudança de perspectiva de Lutero a respeito dos judeus. A hipótese central é com relação às leituras feitas por Lutero que, de alguma forma, nesse intervalo de vinte anos,

modificou sua forma de pensar: “Um homem do temperamento de Lutero, quando abre um livro, nele lê apenas um pensamento, o seu. Nada aprende que já não traga dentro de si. Uma palavra, uma frase, um raciocínio o impressionam. Apossa-se dele” (Febvre, 2012, p.60). Essa afirmação de Febvre nos apresenta um Lutero vulnerável as suas leituras que se impressiona com aquilo que lê, contudo devemos discutir sua afirmativa de que Lutero lê apenas seu próprio pensamento, nada de novo, nada que já não traga dentro de si. Esse viés de pensamento vem contra a noção de leitura enquanto prática criadora de significados que buscamos demonstrar nessa pesquisa. Entendendo a leitura como apropriação e construção de significados não podemos afirmar que Lutero lê apenas seu próprio pensamento, mas defendemos a ideia de que Lutero constrói novas ideias através de suas leituras.

Conceito de Apropriação

As práticas de leitura, neste trabalho, são compreendidas como práticas criativas de sentido. Os leitores não são meros depósitos de informações, de condutas e ideias, mas, através do texto, os leitores criam suas próprias ideias. Um ótimo exemplo dessa apropriação inventiva da leitura é Menocchio, um moleiro perseguido pela inquisição que se diferenciava da maioria dos indivíduos de sua sociedade pela leitura que ele fazia. É importante ressaltar que, na obra de Ginzburg (1987), a capacidade inventiva do leitor demonstrada em sua obra pela vida de Menocchio, criava sistemas bastante complexos diante das leituras que fazia, além de ressaltar outro aspecto fundamental das práticas de leitura: a autonomia do leitor frente a um texto, tal autonomia é conexo com suas relações sociais e determina a sua relação com os textos. No caso de Menocchio, ele tecia críticas à sociedade em que vivia através de conclusões alcançadas por suas leituras.

Através da leitura, Menocchio atribuía até mesmo novos sentidos a sua existência. A leitura nunca é ingênua e neutra, o leitor sempre vai, por meio dela, produzir novos sentidos, como é ressaltado por Goulemot (2001, p.108):

Ler é dar sentido de conjunto, uma globalização e uma articulação aos sentidos produzidos pelas sequencias. Não é encontrar o sentido desejado pelo autor, o que implicaria que o prazer do texto se originasse na coincidência entre o sentido desejado e o sentido percebido, em um tipo de acordo cultural, como algumas vezes se pretendeu [...]. Ler é, portanto, constituir e não reconstruir um sentido.

O leitor atribui sentido a partir de suas experiências sociais e intelectuais sentidas, às vezes, partilhadas, outras vezes, singulares dos textos dos quais se apropria. Esperamos que até aqui se consiga entender que o livro e a leitura são capazes de embasar e patrocinar inúmeras

mudanças na sociedade. O livro é encarado como obra de arte, fonte de inspiração religiosa e instrumento pedagógico. Porém, mais do que isso, a leitura é capaz – como foi no caso de Menocchio – de mudar a concepção que o indivíduo possui de si mesmo e transformar sua relação com a sociedade:

A leitura é para a mente o que a música é para o espírito. A leitura desafia, capacita, encanta e enriquece. Pequenas marcas pretas sobre a folha branca ou caracteres na tela do computador pessoal são capazes de nos levar ao pranto, abrir nossa mente a novas ideias e entendimentos, inspirar, organizar nossa existência e nos conectar ao universo (Fischer, 2006, p. 11).

No caso de Lutero, tentamos encontrar em suas leituras as bases para as novas ideias que ele formulou, principalmente com relação aos judeus, pois, em um intervalo de média de vinte anos, mudou completamente sua percepção com relação aos judeus. Analisando o contexto pelo qual ele passava e as leituras que ele fazia, tentamos buscar hipóteses para essa mudança. Partindo dessa problemática, vemos, através da história da leitura, que, durante os séculos XVI e XVII, a leitura era como um exercício espiritual e estava muito mais ligada à vida do que é hoje.

Lutero fez parte do corpo eclesiástico da Igreja enquanto monge: ingressou nos Eremitas de Santo Agostinho de Erfurt, onde foi um monge muito cuidadoso. Em 1507, foi ordenado padre e, em 1512, conquistou o grau de doutor em Teologia. O ano de 1517 ficou marcado como sendo o da Reforma Protestante, quando Lutero redigiu as 95 teses com críticas à Igreja do período. Conforme Lutero seguiu com suas publicações e seus estudos fatos que se seguiram distanciaram Lutero da Igreja.

É importante, nesse momento, atentarmos às leituras e as respectivas apropriações feitas por Lutero. A primeira e uma das mais relevantes foi de Santo Agostinho, uma vez que Lutero era inicialmente um monge agostiniano. Leu Lombardo. Segundo Jean Delumeau (1989), ele seguiu a tradição escolástica e foi contra filósofos considerados perdidos, como Aristóteles. Para Lucien Febvre (2012), Lutero lia principalmente o “Comentário às sentenças” de Gabriel Biel, um dos principais introdutores do Ockhamismo¹ na Alemanha. Porém, Lutero não concordava com todas as suas afirmações. Lutero leu também místicos, como Tauler, que, segundo Febvre (2012, p.60), não entendeu muito bem e ainda: “[...] desnaturou seu pensamento sem escrúpulo algum. [...] dele se beneficiou livremente, sem se preocupar em saber se suas interpretações concordavam ou não, com a doutrina do discípulo de Eckhart.”

¹ Corrente cujo início é atribuído ao inglês Guilherme de Ockham (1295-1349). Essa teoria parte de um ceticismo parcial, e nega que o conhecimento seja objetivo, para ele o conhecimento não passa de conceitos subjetivos.

Todas essas leituras foram relevantes, contudo, encontramos, na perspectiva de Lutero a respeito das cartas paulinas, um fio condutor para essa pesquisa. Segundo a visão tradicional das cartas paulinas, Paulo firmava uma posição antijudaica. Seus ensinamentos eram vistos como oposição ao judaísmo, perspectiva pautada por questões levantadas na Reforma. Seguindo esse viés de pensamento tradicional, Lutero teria rejeitado a Igreja por esta oferecer a salvação através das obras e do merecimento, assim como Paulo rejeitou o judaísmo por este oferecer a salvação pelos mesmos meios.

Um novo viés de pensamento vem se estabelecendo. James D. G. Dunn (2011), compartilhando dessa nova perspectiva, defende que Lutero tenha feito uma interpretação errônea a respeito de Paulo. Segundo o autor, Paulo não era contra a prática das obras da lei como caminho para a salvação, mas sim por separar judeus e gentios. O judaísmo do primeiro século vem sendo percebido enquanto religião da graça. Paulo não combatia as obras da lei por ser uma prática legalista, mas sim por serem identificadores culturais de Israel, o que estabelecia distinção entre judeus e gentios. Dentro da interpretação tradicional, as obras da lei sempre eram vistas de forma negativa e Paulo usava a expressão “obras da lei” para se referir aos atos de obediência à lei de Moisés, que eram realizados para obter méritos diante de Deus. Porém, a nova perspectiva sobre Paulo tem mostrado que o cumprimento dos preceitos da lei não servia para entrar ou merecer estar na aliança com Deus, mas em forma de gratidão pela aliança de Deus com Israel. Além do mais, as leis eram encaradas como modelo de vida dentro da aliança. Na visão tradicional, de viés protestante, Paulo se opunha às obras da lei, pois estas eram vistas como boas obras para ganhar salvação.

Para a continuação desta pesquisa, foram utilizado quatro textos como fontes para a pesquisa, dois textos que já foram citados, um escrito de 1522, intitulado “Que Jesus é um judeu nato”. Nele, Lutero defende os judeus e ressalta o caráter judaico de Cristo. Outro foi escrito 20 anos depois, em 1543: “Sobre os judeus e suas Mentiras”. Nesse texto, Lutero usa um tom completamente áspero para com os judeus. Ele aconselha as autoridades e pessoas comuns que destruam tudo o que tenha resquício de judaísmo: escolas, livros, casas. Segundo Lutero, os judeus formavam uma seita demoníaca. Esses dois primeiros textos servem de base para compreendermos tamanha mudança na forma de pensar. Outros dois textos utilizados como base fundamental para este trabalho é o prefácio à “Carta do Apóstolo Paulo aos Romanos” (Lutero, 2003) e o prefácio à “Carta de Paulo a Gálatas” (Lutero, 2003). Nesses dois textos, no momento de análise das fontes, buscaremos encontrar, no bojo da leitura de Lutero das cartas paulinas, a interpretação que pode tê-lo levado a mudar sua forma de pensar sobre os judeus.

Além do mais, sua interpretação de Paulo tem influenciado pregações e estudos teológicos e historiográficos até os dias atuais.

Crise e antijudaísmo no século XVI

É importante entendermos como estava a situação dos judeus no fim da Idade Média e no período da Reforma. A condição dos judeus durante esse período era de muitas dificuldades, pois pesava sobre eles a perseguição e a marginalidade frente à sociedade. Até o século XII, os judeus viviam em boas condições, se comparado aos séculos seguintes, porém a situação só se agravou. Maurice Kriegel (2006) afirma que no início da Idade Média os judeus conviviam com cristãos sem grandes tensões, porém, o século XII marca o declínio constante da relação dos judeus com o restante da população, que culmina na expulsão dos judeus de grande parte da Europa.

À maioria dos infortúnios sofridos na sociedade a culpa recaía sobre os judeus, porém algumas acusações eram mais frequentes, e duas devem ser destacadas por terem sido muito usadas contra eles: usura e deicídio. A primeira é mais de âmbito econômico, na qual muitas vezes as questões serviram de pretexto para a clausura dos judeus e assim também para a tomada de seus bens. Kriegel (2006) aponta alguns fatores que contribuíram para a posição tomada frente aos judeus no âmbito da economia: o crescimento financeiro a partir do século XII, a progressiva necessidade de crédito e o fato dos judeus terem a oferta de crédito; esses fatores contribuíram para que fosse condenada ou apoiada a prática de empréstimos a juros. Um argumento utilizado para não apoiar a usura praticada por esse grupo social é o de que “[...] os judeus se esforçam por todos os meios para dar prejuízo aqueles no meio dos quais vivem, e é sua tradição cultural e religiosa – judaísmo – que os impele a essa intenção de prejudicar.” (Kriegel, 2006, p. 40). A segunda acusação é de âmbito religioso e foi constantemente sustentada pelo discurso feito pela Igreja, que via os judeus como um mal que deveria ser abolido.

Sobre as acusações feitas contra os judeus Ginzburg (1991) aponta alguns motivos além daqueles já citados acima, como, por exemplo, no período em que a peste se alastrou pela Europa causando a morte de milhares de pessoas. A culpa sobre esse fato recaiu sobre os judeus, que foram acusados de envenenar os poços ou até mesmo convencer os cristãos, através do dinheiro, a também envenenar os poços.

Na tentativa de excluir os judeus do convívio com o restante da sociedade, foram tomadas algumas medidas contra eles, inclusive a criação dos guetos que a princípio foi uma opção até

preferida pelos judeus, uma vez que era uma forma deles se unirem para tentar manter sua cultura e identidade. Logo se percebeu que os guetos não colaboravam muito na exclusão dos judeus uma vez que durante o dia eles continuavam a conviver com o restante da população.

Vendo que os guetos não eram eficazes na completa exclusão dos judeus, então uma alternativa adotada em muitas regiões na Europa naquele momento foi a completa expulsão dos judeus dos territórios.

Mesmo após a formação dos guetos e as ondas de expulsão, os judeus continuavam a ser vistos como ameaça, por isso o medo que havia de sua “ameaça” continuava presente do imaginário dos indivíduos. Por isso foi adotada uma terceira alternativa na tentativa de extinguir essa ameaça: a conversão dos judeus através do batismo.

Quando surge essa terceira opção, de converter os judeus, estes são obrigados a ouvir sermões para aprender sobre os sacramentos da Igreja. Todos aqueles que não eram convertidos, ou seja, batizados, deveriam ser expulsos de seu território (Delumeau, 1989). Muitos judeus foram batizados e a princípio deixaram de ser uma ameaça, contudo com as conversões foram aparecendo judeus vistos em uma nova forma ameaçadora – os convertidos.

Lutero e Paulo, entre interpretações e perspectivas

Esse terceiro momento consiste na análise das fontes selecionadas para esta pesquisa que tratam da relação de Lutero e os judeus. As fontes se constituem de textos produzidos pelo próprio Lutero onde ele exprime opiniões completamente diferentes sobre os judeus.

Os escritos de Lutero

É relevante contrapor alguns trechos dos dois textos que Lutero escreveu sobre os judeus, para compreender como foi complexa sua forma de pensar sobre os judeus. No primeiro texto que Lutero escreve sobre os judeus seu discurso destoa do que circulava a respeito deles naquele período, pois ele expressou um tom amigável para com os judeus e defendia a possibilidade de convertê-los: “Portanto, vou citar a partir das Escrituras as razões que movem-me a acreditar que Cristo era um judeu nascido de uma virgem, eu talvez também possa ganhar alguns judeus para a fé Cristã.” (Lutero, 1523). Mais adiante ele afirma que: “Espero que se lide de uma maneira amável com os judeus e os instruem cuidadosamente na Sagrada Escritura, muitos deles se tornarão cristãos genuínos e voltarão para a fé de seus pais, os profetas e patriarcas.” (Lutero, 1523). Lutero defendia que os judeus deveriam ser tratados de forma amável e expressava a esperança de converter judeus: “Portanto eu gostaria de pedir e aconselhar que os

tratam com cuidado e instrua-os a partir das Escrituras para que alguns deles possam se juntar a nós. Em vez disso estamos apenas tentando conduzi-los pela força caluniando-os[...] (Lutero, 1523).

Vinte anos mais tarde Lutero escreve outro texto com ideias completamente contrárias a esse primeiro texto. Lutero inicia esse texto dizendo que recebeu um escrito sobre uma conversa entre um judeu e um cristão no qual o judeu interpretou de outra forma as Escrituras. Diante disso, ele daria uma resposta, ou seja, com esse escrito ele buscava responder a forma que para ele era incorreta dos judeus interpretarem a Bíblia. No início do texto Lutero deixa claro qual tem sido sua perspectiva acerca dos judeus: “Muito menos quero converter os judeus, coisa impossível e inútil.” (Lutero, 1993, p.8)

Nos trechos seguintes Lutero expressa a respeito da ira de Deus contra o povo judeu: “Eu mesmo não sou judeu, mas sinceramente não gosto de pensar sobre a ira de Deus contra eles, pensamento que me assusta e me arrepia.” (Lutero, 1993, p.8) Em seguida, Lutero afirma que, para fortalecer sua fé, devem falar dos judeus e não com os judeus e “[...] como os judeus na sua crença, cometem tolices, cheias de veneno, na interpretação das escrituras.” (Lutero, 1993, p.9). Para completar, Lutero ainda chama as crenças e os ensinamentos judaicos de “ladainhas idiotas e insensatas” (Lutero, 1993, p.9)

Para falar da infidelidade dos judeus com relação ao cumprimento das leis das Escrituras Lutero cita em muitos momentos várias passagens do livro de Oséias, além de usar também argumentos baseados em sua interpretação do Apóstolo Paulo:

Como soube depois, eles chamaram a Cristo de TOLO, ou seja, um mercenário enforcado. Por isso não quero saber mais nada dos judeus. Como disse São Paulo: eles estão entregues à ira; quanto mais o ajudamos, mais obstinados se tornam. Que sejam! (Lutero, 1993, p.15)

Além de argumentos baseados em passagens bíblicas, Lutero reproduz o discurso presente no meio popular, acusações que já foram citadas nessa pesquisa:

Em histórias muitas vezes são acusados de envenenar poços, de roubar crianças e torturá-las, como em Trento. E quando praticam algum bem, saiba que não é por amor ou para te beneficiar; o fazem para garantir um espaço entre nós. (Lutero, 1993, p. 16)

Lutero enumera alguns conselhos sobre como lidar com judeus: “primeiro devíamos incendiar suas sinagogas (ou escolas) e o que não queimar, devia ser soterrado definitivamente, para honra de Nosso Senhor e da cristandade [...]” (Lutero, 1993, p.21).

Através da exposição desses dois textos e a evidente contraposição de ambos podemos ter a noção da profundidade na transformação na forma de Lutero pensar sobre os judeus. A

seguir buscaremos entender de que maneira a forma de Lutero se apropriar das Cartas do Apóstolo Paulo pode ter influenciado na construção de sua opinião a respeito dos judeus.

As apropriações de Lutero

Quando analisamos a relação que Lutero estabeleceu com Paulo é importante, primeiramente, ressaltar a relevância que teve a leitura das cartas paulinas na vida e na teologia de Lutero. O tema da justificação pela fé tem sido considerado como centro da teologia de Paulo, assim como a descoberta dessa doutrina é colocada como centro da teologia de Lutero. A descoberta desse tema por Lutero tem consequências inimagináveis e, durante um longo período de tempo, a discussão sobre a justificação pela fé vem sendo pautada em questões levantadas ainda no período da Reforma.

A descoberta da justificação pela fé trouxe nova luz para a fé de Lutero, pois ele concluiu que a justiça de Deus da qual Paulo se referia na Carta aos Romanos não implicava na ideia de que Deus é justo em si mesmo e, por isso, deveria castigar os pecadores. Lutero encontrou nessa justiça divina exposta por Paulo um Deus misericordioso que justifica os seres humanos mediante sua misericórdia e estes nada poderiam fazer para merecer sua justificação.

Para o debate de Heidelberg Lutero elaborou 40 teses onde podemos notar os primeiros traços de sua crença na justificação pela fé. Em alguns trechos defende que o gênero humano não deve se basear em suas obras para alcançar a justificação. Podemos ver esses argumentos em alguns trechos:

1. A lei de Deus, mui salutar doutrina da vida, não pode levar o ser humano à justiça; antes, o impede.
2. Muito menos podem levá-lo as obras dos seres humanos, muitas vezes repetidas, como se diz, com o auxílio do ditame natural.
3. Ainda que sejam sempre belas e pareçam boas, as obras dos seres humanos são, ao que tudo indica, pecados mortais (Lutero, 1987, p. 38)

É importante ressaltar que na introdução dessas teses Lutero aponta suas referências para construção de suas ideias e cita o Apóstolo Paulo:

Desconfiando inteiramente de nós mesmos, em conformidade com aquele conselho do Espírito: “Não te fies em tua inteligência” [Pv 3.5], vimos humildemente oferecer ao julgamento de todos os que quiserem estar presentes os seguintes paradoxos teológicos, para que assim se evidencie se estão bem ou mal tomados do divino Paulo, vaso e órgão de Cristo escolhido por excelência, e ainda Sto. Agostinho, seu mui fiel intérprete. (Lutero, 1987, p.38)

Nessas teses é possível notar os traços da crença na justificação baseada na interpretação de Paulo e vemos Lutero construindo suas crenças com base nas apropriações que fez das cartas paulinas.

A seguir temos a análise de alguns trechos do prefácio à “Carta de Paulo aos Romanos”, escrita por Lutero em 1546. Através da leitura desse prefácio torna-se evidente a importância que teve a leitura bíblica para Lutero, principalmente a do livro de Romanos e ele mesmo evidência essa importância em algumas passagens:

Essa epístola é, sem dúvida, o escrito mais importante do Novo Testamento e o mais puro evangelho. É digno e merecedor de que o Cristão não só o conheça de cor, palavra por palavra, mas também com ela se ocupe diariamente, como pão diário para a alma, pois ela jamais poderá ser lida ou contemplada em demasia. (Lutero, 2003, p.129)

Segundo Martin Dreher (2003, p. 19), a leitura bíblica para Lutero: “[...] lhe foi dádiva em meio à situação de busca desesperada por respostas.” Falando sobre a leitura de Romanos, o autor ressalta que: “A resposta lhe veio a partir da Epístola aos Romanos e, aí, da palavra que diz a justificação por graça e fé. Tal palavra se tornou chave hermenêutica para leitura, compreensão e interpretação da Sagrada Escritura” (Dreher, 2003, p. 19).

Em vários trechos dessa epístola vemos Lutero construindo sua noção de fé através da leitura de Paulo e juntamente com a elucidação do termo fé Lutero tece crítica a prática das obras:

Fé não é ilusão ou sonho humano que muitos acham que é. E quando veem que não acontece uma melhoria de vida nem boas obras e, ainda assim, muitos ouvem e falam da fé, caem no erro de dizer que a fé não é suficiente, que é preciso fazer obras, se é que se quer ficar justo e salvo. (Dreher, 2003, p. 132)

Seguimos agora com a análise de Lutero da Carta de Romanos. No primeiro capítulo segundo ele, Paulo começa repreendendo pela falta de fé e por pecados grosseiros. No segundo capítulo Paulo critica a todos os que “[...] exteriormente parecem retos, porém, pecam às ocultas. Tal como eram os judeus e continuam sendo todos os hipócritas que vivem sem vontade sem amor e no coração são inimigos da lei de Deus.” (Lutero, 2003, p. 134). Nos três primeiros capítulos Paulo fala sobre o pecado e ensina o caminho da justiça para a fé, no capítulo quatro Paulo “[...] passa a responder a uma série de objeções e contestações.” (Lutero, 2003, p. 134).

A interpretação de Lutero coloca Paulo como sendo contra a Lei. Segundo Lutero, Paulo conclui que onde a Lei for bem entendida ela só serve para lembrar os fiéis de seu pecado e aumentar o sentimento de culpa perante Deus. É necessário algo que está acima da Lei, que é superior a ela, para tornar uma pessoa justa. É considerado arrogante aquele que não compreendendo as Leis acha que pode alcançar sua salvação através de boas obras.

Lutero segue o texto com a análise dos próximos capítulos do livro de Romanos. Outro ponto que podemos ressaltar na reflexão de Lutero é quando ele tece críticas ao papado. A interpretação tradicional da justificação pela fé tem como uma de suas bases o fato de Lutero ter criticado as autoridades religiosas do período e ter negado o catolicismo legalista do período assim como Paulo também teria se colocado contra a religião legalista da qual ele tinha contato no período. Podemos ler o trecho em que Lutero se apropria das ideias e críticas de Paulo e os traz para o contexto que ele vivia esse trecho está presente na análise do último capítulo da *Carta de Paulo aos Romanos*:

Ali, porém, entremeia uma nobre advertência contra doutrinadores humanos que, além da doutrina evangélica, introduzem outras e promovem escândalo. É como se ele tivesse previsto com toda precisão e certeza que de Roma e através dos romanos haveriam de vir as enganosas e irritantes determinações papais e todas essas cobras e lagartos de leis e mandamentos humanos que, agora, afogam o mundo inteiro e anulam esta epístola e toda a sagrada escritura junto com o espírito e a fé, a ponto de mais nada restar se não o ídolo do ventre, a cujos servidores s. Paulo repreende aqui. Deus nos livre deles. Amém. (Lutero 2003, p. 140)

Podemos seguir agora com o debate do prefácio escrito por Lutero a *Carta de Paulo aos Gálatas* que foi escrita em 1546. Esse texto é curto, porém muito rico em conteúdo, contém apenas cinco parágrafos. Nesse texto Lutero é bem explícito ao colocar as obras da lei em oposição ao *Evangelho* e a fé, segundo ele Paulo havia levado aos *Gálatas* à autêntica fé cristã, contudo haviam mudado a cabeça dos *Gálatas* fazendo-os acreditar que poderiam ser salvos através das obras.

Sobre as práticas das obras da Lei, na interpretação de Lutero Paulo teria dito que: “[...] a lei acarreta muito mais pecado e maldição do que justiça, a qual exclusivamente por graça foi prometida por Deus, cumprida por Cristo sem a lei, e dada a nós.” (Lutero, 2003, p. 144). Feitas essas considerações, é importante ressaltamos que a leitura que Lutero fez de Paulo e as apropriações por ele produzidas são importantes não só pela influência que teve para as interpretações futuras, mas também para sua própria formação. Lutero encontra em *Romanos* o centro de sua teologia.

Nova perspectiva sobre Paulo

A ênfase atribuída por Lutero ao tema da justificação trouxe consigo traços de antijudaísmo:

O lado negativo dessa ênfase foi um infeliz traço de antijudaísmo. O ensinamento de Paulo sobre a justificação foi visto como reação contra o

judaísmo e oposição a ele. Como Lutero havia rejeitado uma igreja medieval que oferecia a Salvação pelo mérito e as boas obras, a mesma coisa era verdadeira, assim se opunha, para Paulo em relação ao judaísmo de seu tempo. (Dunn, 2011, p.389)

Essa é a perspectiva da qual o judaísmo vem sendo entendido: como uma religião legalista que Paulo criticava, ao contrário do cristianismo uma religião da graça. Contudo, há cerca de duas décadas vem surgindo estudos que apontam uma nova perspectiva sobre Paulo, essa nova perspectiva tem demonstrado que o judaísmo também pode ser interpretado como uma religião da graça e a obediência as leis seria em resposta como gratidão a graça recebida, assim obedecer às leis seria um meio de permanecer na aliança e não de entrar nela. Alguns autores como E. P. Sanders (2009) e J. Dunn (2003;2011) defendem que o judaísmo foi uma religião da graça, esta que foi concedida ao povo através da aliança de Deus. Diante dessas afirmações, Lutero teria se equivocado na sua interpretação sobre Paulo e o fruto desse equívoco seria o antijudaísmo.

Na interpretação de J. Dunn quando Paulo expõe a teologia da justificação pela fé ele se opõe às práticas das obras da lei.² A interpretação tradicional oriunda da Reforma a respeito desse posicionamento de Paulo coloca a prática das boas obras como meio de alcançar a justificação, para o autor:

A interpretação é perfeitamente compreensível, particularmente à luz de Rm 4,4-5, em que as ‘obras’ em questão (4,2) parecem ser explicadas como ‘realizar obras em vista de recompensa’ e são postas em antítese com ‘não realizar obras’, mas [simplesmente] crer. (Dunn, 2003, p. 409)

Segundo a visão tradicional Paulo rejeita o judaísmo e a tentativa de usar a lei para alcançar a justiça, nessa perspectiva Paulo retrata o judaísmo como uma religião extremamente legalista. Como já foi mencionada anteriormente, essa interpretação tem sido dominante desde o período da Reforma.

Ao investigar sobre o termo justiça de Deus o autor pressupõe que a justiça de Deus é um conceito relacional por essa razão tem sentido dentro de um relacionamento, uma aliança. Deus exerce justiça na ação salvadora para com seu povo nesse sentido: “[...] a justiça de Deus se refere a ação justificadora.” (Dunn, 2003, p. 30). Nessa perspectiva, segundo o autor, a lei foi dada ao povo como expressão da aliança e a justiça está presente nos termos desse relacionamento. A lei seria a conduta apropriada para estar nessa relação, ou seja, o cumprimento da lei não é critério para entrar na aliança, mas sim uma forma de demonstrar a permanência nela.

² Segundo a explicação de James Dunn o termo ‘obras da lei’ se refere ao conjunto de práticas que a lei exigia do povo de Deus, ou seja, era a parte que deveria ser cumprida por Israel na aliança com Deus.

Podemos estabelecer uma linha de raciocínio para entendermos a explicação do argumento de J. Dunn. Na *Carta de Paulo aos Gálatas*: 2.16 temos a primeira vez que aparece o termo justificação. Dunn defende que a expressão “sendo justificado” é uma expressão judaica, nesse trecho de *Gálatas* Paulo está “[...] apelando a sensibilidades judaicas, podemos até mesmo dizer, aos preconceitos judaicos[...].” (Dunn, 2003, p. 166). O autor defende que a linguagem utilizada por Paulo é de quem tem consciência de ter sido eleito, separado por Deus. O autor expõe algumas expressões que demonstram que o conceito de justiça expresso por Paulo é algo inteiramente judaico. O autor também defende a ideia que ao falar da justificação Paulo está em concordância com o discurso judaico de que ela só é possível pela fé. O ponto importante que cabe ressaltar é que para a interpretação da Reforma as obras da lei receberam o mesmo sentido que boas obras e aqui se encontra o equívoco apontado por J. Dunn e refutado pela Nova perspectiva sobre Paulo.

No trecho abaixo vemos Lutero trazendo sua interpretação sobre “obras” e opondo fé e obras:

2. Pois Paulo opõe abertamente fé às obras, e tira das obras a justificação perante Deus e a destina a fé.
3. O ser humano é justificado a partir das obras, mas tem glória perante os seres humanos, não, porém perante Deus.
4. O ser humano é justificado pela fé perante Deus, ainda que junto do ser humano e em si mesmo encontre apenas ignomínia. (Lutero, 2007, p. 204)

Mais adiante Lutero ainda acrescenta: “Portanto, diz-se corretamente que somos justificados pela fé sem obras da lei. Esse ser justificado inclui que somos considerados justos pela fé, ou seja, por causa de Cristo” (Lutero, 2007, p. 202). Nesses trechos temos o exemplo da aplicação do termo “obras da lei” para Lutero. É válido lembrar que como foi ressaltada acima esse termo ganhou um sentido equivocado após a Reforma, o sentido de boas obras. De acordo com autor, seguindo os argumentos de Paulo é possível notar que ele não necessariamente estabelece uma antítese entre a fé em Jesus Cristo e o nomismo de aliança.

Dessa forma, a aliança não deveria mais se caracterizar por questões estritamente judaicas como a circuncisão, o sábado ou as leis alimentares:

No entanto, preservar tais identificações significava ignorar a maneira como a aliança tinha começado e também o propósito que deveria cumprir no final. Continuar a insistir em tais obras da Lei significava ignorar o fator central para cristãos de que, com a vinda de Cristo, o propósito vinculado por Deus à aliança tinha alcançado seu estado final intencionado, no qual o marcador mais fundamental de identidade (a fé de Abraão) reafirmava sua primazia sobre os marcadores de identidade muito estreitamente nacionalistas de circuncisão, leis alimentícias e sábado. (Lutero, 2007, p. 177)

É importante ressaltarmos aqui que, segundo a interpretação de Dunn, Paulo não tinha a intenção de colocar obras da lei e fé em oposição um do outro. A ideia que Paulo critica é a de que existiam algumas obras em particular que serviam de expressão necessária da fé. A questão principal que Paulo nega é a expressão racial presente em alguns atos que expressam a fé, pois, como já podemos constatar as obras da lei se tornaram meios de identificação judaicos. O maior problema para Dunn é essa contraposição entre a justificação pela fé e a justificação pelas práticas das obras da lei que Lutero entendeu através de seu contexto.

É importante ao falar sobre a Nova Perspectiva sobre Paulo que ele considerava a fé o único meio de alcançar a Salvação. E. P. Sanders (2009, p. 33) nos apresenta as principais linhas de raciocínio de Paulo presentes na *Carta de Paulo aos Gálatas*:

Paulo afirma ser a fé a única exigência para pertencer ao povo; seus adversários exigiam também a circuncisão e a aceitação da lei mosaica. Como veremos mais a fundo, adiante, na visão de Paulo o que está errado não é a prática da lei em si própria. A circuncisão é, sob certo aspecto, algo indiferente (Gl 6,15). Mas é completamente errada, quando transformada com requisito essencial para pertencer ao povo de Deus.

Desse modo “os gentios não precisam aceitar a lei mosaica para entrarem no povo de Deus.” (Sanders, 2009, p.177) apresenta uma nova linha de raciocínio sobre Paulo, onde Paulo demonstra que o plano divino não é de que a justificação do homem venha através das práticas das obras da lei. A visão que Paulo expõe sobre Deus impossibilita a justificação pelas obras da lei, mas sim através do sacrifício de Cristo. *Gálatas 3* é argumento para afirmar que os gentios que ingressam no povo de Deus devem fazê-lo apenas baseado na fé e a lei não deve ser condição para admissão deles. Paulo coloca judeus e cristãos sob a condição de igualdade, assim, a crítica de Paulo a prática das obras da lei é por esta ser critério de separação entre cristãos e gentios.

Segundo a Nova Perspectiva sobre Paulo, a colocação do tema da justificação como centro da doutrina cristã, bem como as apropriações e interpretações que Lutero e os demais teólogos subsequentes fizeram de Paulo trouxe fortes traços de antijudaísmo.

A discussão sobre a relação entre Lutero e os judeus não estaria completa se não passássemos pelo tema da justificação pela fé. Esse tema traz consigo a discussão da interpretação que Lutero fez de Paulo essa que é um debate relevante para a atualidade no meio historiográfico, por isso buscamos situá-lo dentro do campo de discussão a respeito da Nova Perspectiva sobre Paulo. Esperamos com este capítulo poder contribuir para a discussão que tem se estabelecido a respeito da Nova Perspectiva sobre Paulo e contribuir para o tema da relação de Lutero e os judeus, este que é um tema pouco explorado dentro da historiografia.

Considerações finais

Lutero leu Paulo através das lentes de seu tempo e, entendendo a leitura como atividade criadora, podemos supor que as apropriações que Lutero produziu em suas leituras sobre Paulo podem ter como consequências ideias carregadas de aversão aos judeus. Contudo, o tom violento e hostil que Lutero exprime em 1543 ao falar sobre os judeus nos leva a questionar até que ponto suas apropriações podem ser responsáveis por tamanha hostilidade.

O que cabe destacar enquanto conclusão é o notável papel que a leitura exerceu sobre Lutero. Esta trouxe esclarecimentos para as ideias conturbadas de Lutero a respeito de sua fé, além de servir como suporte para que ele construísse a doutrina da Reforma. Para pensarmos na influência que a leitura exerceu sobre Lutero, usamos como suporte metodológico a História da Leitura e aplicamos o conceito de apropriação para pensar como Lutero se recriou as ideias de Paulo através da leitura e usou essas apropriações para construção e modificação de seu discurso sobre os judeus.

Apontamos que a leitura atuou como força motriz dentro do movimento da Reforma, não somente fornecendo embasamento para a doutrina reformista, mas também como meio de difusão das ideias e propostas da Reforma. A leitura e a escrita foram determinantes dentro do processo de Reforma, vale destacar que de acordo como conta a tradição Lutero deu o primeiro passo em direção a Reforma Protestante quando redigiu e fixou as 95 teses na porta do castelo de Wittenderg, essas teses tiveram uma rápida difusão entre os leitores.

Esperamos com esta pesquisa poder contribuir de forma significativa para o campo de estudos das práticas de leitura, assim como poder trazer a luz um tema ainda pouco explorado e abrir perspectivas para pesquisas futuras. A impossibilidade de remontar por completo a trajetória do pensamento de um personagem tão complexo como Lutero nos limita a levantar e apresentar hipóteses como foi feito nesse trabalho. Destacamos o papel da leitura na formação do pensamento de Lutero, e mencionamos o contexto político pelo qual ele vivia, através da análise dos textos procuramos enfatizar a importância que teve a leitura de Paulo para Lutero. Contudo ainda podemos questionar o que levou Lutero a mudar de forma tão drástica sua forma de pensar os judeus, esse é um tema muito rico para que esteja esgotado apenas nesta pesquisa.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. A. A cada leitor seu texto – Dos livros às redes. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis, n. esp., 1. Sem. 2009. Disponível em:

<<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=14712771011>>. Acesso em: 18 de fev. 2015.

ALTMANN, W. A. **Lutero e Libertação**. São Paulo: Sinodal/Ática, 1994, p. 283

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. **Escutar os mortos com os olhos**. *Estudos avançados*. São Paulo, n 24 (69). 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0103-40142010000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 30 de fev. de 2015.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1998.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, s.d.

CHARTIER, R. **Formas e sentido: cultura escrita, entre distinção e apropriação**. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

CHARTIER, R. As práticas da escrita. In: (Org.). **História da vida privada 3: da renascença ao século das luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHARTIER, R. (Org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CHARTIER, R. & CAVALLO, G. (Org.) **História da leitura no mundo ocidental 1**. São Paulo: Ática, 1998.

DARNTON, R. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DARNTON, R. História da Leitura. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

DELUMEAU, J. **Nascimento e afirmação da reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989.

DELUMEAU, J. **De Religiões e de Homens**. São Paulo: Loyola, 2000.

DELUMEAU, J. **A História do medo no ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DREHER M. N. Introdução. In: **Obras Seleccionadas**. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal; Concórdia, 2003. v. 8.

DUNN, J. D. G. **A Nova Perspectiva sobre Paulo**. São Paulo: Academia Cristã, 2011.

DUNN, J. D. G. **A teologia do Apóstolo Paulo**. São Paulo: Paulus, 2003.

FEBVRE, L. **Martinho Lutero, um destino**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

FISCHER, S. R. **História da leitura**. São Paulo: UNESP, 2006.

GINZBURG, C. **História Noturna: decifrando o Sabá**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOULEMOT, J. M. Da leitura como produção de sentido. In: CHARTIER, R. (Org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

GONZALEZ, J. L. **Uma história do pensamento cristão**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004. 3.

HAUGHT, J. A. **Perseguições religiosas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

JUNGHANS, H. **Temas da teologia de Lutero**. São Leopoldo: Sinodal, 2001.

KLEIN, C. J. **História e pensamento da Reforma**. Londrina: EDUEL, 2014.

KRIEGLER, M. Judeus. In: LE GOFF, J. & SCHMITT, J. C. (Orgs.). **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: Edusc, 2006.

LE GOFF, J. **A Bolsa e a Vida: A usura na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **A Civilização do ocidente medieval**. Lisboa: Estampa, 1995, v. I.

LINDBERG, C. **As reformas na Europa**. São Leopoldo: Sinodal, 2001.

LIENHARD, M. **Martin Lutero: tempo, vida e mensagem**. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

LYONS, M. **Livro: uma história viva**. São Paulo: Senac, 2011.

ROJAS, C. A. A. **Micro-história italiana: modo de uso**. Londrina: Eduel, 2012.

SANDERS, E. P. **Paulo, a lei e o povo judeu**. São Paulo: Paulus, 2009.